

---

SOBRE A RAZÃO DE SER DAS FORÇAS ARMADAS

---

*François Martins*

---

## SOBRE A RAZÃO DE SER DAS FORÇAS ARMADAS

---

### 1. A SEGURANÇA

No seu livro «A Cidade de Deus». Santo Agostinho <sup>(1)</sup> enfrentou o dilema posto pelas firmes tradições dos primitivos cristãos contrárias ao uso da violência, face à compreensão, por ele vivida, de que as altas virtudes e valores que pregava não podiam florescer no meio do caos e da anarquia. O Amor e a Justiça ambos necessitavam que a ordem fosse preservada. Ele escreveu então que, se viajasse sozinho no deserto e fosse atacado por assaltantes pretendendo tirar-lhe a vida e os bens, não mataria mesmo em autodefesa. Seguindo o exemplo de Jesus, preferiria sofrer a morte a infligi-la. A vida neste mundo efêmero não é tão preciosa que valha o preço de matar mesmo um atacante injusto. Santo Agostinho foi, porém, muito claro, escrevendo que esta posição moral se transforma quando se introduzem terceiros. Se ele estivesse viajando no deserto na companhia da mulher e dos filhos, e fosse atacado pelos assaltantes, Santo Agostinho argumenta que o mesmo profundo amor pelo próximo que leva o cristão a recusar o uso da violência ainda que em sua própria defesa, desta vez exige-lhe que se sacrifique na defesa das vítimas inocentes do injusto ataque. Ele deveria lutar, e, se necessário fosse, morrer na sua defesa. Nesta situação recorrer à violência era um dever.

A lógica de Santo Agostinho permite-nos perceber que, se cada um tem o direito de dispor de si mesmo, da sua vida, do seu corpo, dos seus bens, ninguém tem o direito de dispor da vida e dos bens dos outros, nem de abdicar das responsabilidades que a vida em sociedade lhe impõe, face à vida e aos bens dos seus familiares, dos seus companheiros de grupo social ou dos seus compatriotas da comunidade política.

Na perpétua competição entre as Unidades Políticas independentes, a posição de cada elemento da comunidade perante os restantes é análoga à do viajante referido por Santo Agostinho. Ameaçados em conjunto pela

---

(1) Citado por Ralph B. Potter Jr., «Peace and War», cap. 1.º

violência possível das outras Unidades Políticas, a defesa de todos, assumida por cada um na parte que lhe competir, legitima-se na mesma medida em que se legitima a defesa dos seus familiares pelo viajante, face à ameaça dos assaltantes. É esta dimensão da responsabilidade social, legítima e necessária, da defesa «dos terceiros», a que se refere o autor da «Cidade de Deus», que as Unidades Políticas vêm cometendo a uma parte institucionalizada e especializada delas próprias, as Forças Armadas.

Estas aparecem-nos assim criadas e legitimadas pela necessidade de, e pelo direito à, Segurança colectiva, a segurança das vidas e dos bens, do povo e do território.

Nesse sentido aliás se pode entender a Constituição «Gaudium et Spes» promulgada pelo Concílio Vaticano II, n.º 79, § 4, 5 e 6, onde se pode ler:

«Enquanto o risco de guerra subsistir e não houver autoridade internacional competente e que disponha de recursos suficientes, não se poderia negar aos governos, uma vez esgotadas todas as possibilidades de regulamentação pacífica dos conflitos, o direito de legítima defesa.

Os chefes de Estado e aqueles que partilham as responsabilidades dos negócios públicos têm, portanto, o dever de salvaguardar o bem-estar dos povos que lhes estão confiados, tratando seriamente questões de tal importância. Mas uma coisa é utilizar as forças militares para justa defesa dos povos, outra coisa é querer subjugar outras nações. O poderio bélico não legitima qualquer uso militar ou político dele mesmo. E depois de lamentavelmente começada a guerra, nem por isso tudo se torna lícito entre as partes inimigas.

Os que, por obrigação de servir a pátria, se encontram no Exército, considerem-se instrumentos da segurança e liberdade dos povos e, exercendo rectamente esta função, contribuam realmente para estabelecer a paz.»

Este trecho parte da constatação de uma situação de facto, a de que subsiste o risco de guerra e não há autoridade internacional competente que disponha de recursos adequados nem suficientes para regulamentar os conflitos entre os Estados e impor o acatamento das regras produzidas. Dessa realidade, deduz-se inevitavelmente o direito de legítima defesa dos governos.

O instrumento decisivo e final dessa defesa dos povos aparece logo a seguir nomeado, quando se fala na utilização dos militares. Os bispos não omitem os problemas de fundo ligados sempre à utilização de qualquer instrumento, e que se prendem com a *finalidade* e com o *modo* dessa utilização. Um martelo pode servir para construir ou para destruir, uma arma para salvar uma vida ou para matar. Legitimando a utilização das «forças militares para justa defesa dos povos», logo a seguir alertam contra a perversão possível dessa utilização ao «subjugar outras nações» bem como contra o abuso possível dos meios de destruição na guerra.

Finalmente, não deixando quaisquer dúvidas acerca do que consideram dever ser a grande finalidade, a finalidade legitimante, a razão de ser das Forças Armadas correctamente entendidas e utilizadas, os bispos do Concílio «àqueles que *por obrigação de servir a pátria*» se encontram nas Forças Armadas indicam o dever de se considerarem instrumentos de *Segurança e Liberdade* dos povos. E dizem mais ainda, dizem uma coisa muito importante e que infelizmente é tantas vezes ignorada ou mal compreendida. Dizem que, exercendo rectamente esta função, contribuem realmente para estabelecer a *Paz*.

## 2. A LIBERDADE

No trecho citado, da «*Gaudium et Spes*», as Forças Armadas são pois caracterizadas como instrumentos para obter e garantir a Segurança e também a Liberdade dos Povos. Esta dupla referência à Segurança e à Liberdade merece que nos debrucemos um pouco sobre ela.

Uma consideração que se pode desde logo fazer é que, não sendo a mesma coisa, mas havendo relação entre as duas situações, pode haver e há quem nessa relação sobrevalorize o que se opõe, e daí deduza que a obtenção de uma implica o sacrifício da outra, assim como pode haver e há quem nessa relação atente no que coincide e mutuamente se condiciona e por isso afirme que cada uma delas só existe verdadeiramente, em termos de humanidade e dignidade, se for acompanhada de outra.

Um exemplo utilizado por Michel Renaud num artigo publicado na revista «*Nação e Defesa*» (2), extraído do livro «*Os Irmãos Karamazov*» de Dostoiévsky, parece-nos bastante elucidativo da atitude de espírito da-

(2) «Sobre a Guerra e a Paz: origem e destino da violência» por Michel Renaud na «*Nação e Defesa*» n.º 17, págs. 54 e 55.

queles que acreditam na Segurança obtida à custa da liberdade. Trata-se de uma lenda, passa-se na Espanha no século XVI, Cristo teria voltado à Terra, e, incógnito, sido preso pela Inquisição. O cardeal inquisidor é o único que percebe que o preso é efectivamente Jesus, e vai de noite visitá-lo à prisão, para lhe dizer, perante o seu silêncio, as razões que o levam a decidir condená-lo apesar de saber quem ele é. O cardeal diz então que sabe que Cristo voltou para libertar os homens, mas isso é um erro. Os homens julgam que querem a liberdade, mas não a desejam realmente, porque esta é um peso muito grande. Eles querem realmente é segurança. Então o cardeal dá-lhes a segurança através dos dogmas em que devem acreditar cegamente para se protegerem das perturbações que podem advir da discussão e da dúvida. Tirando-lhes a liberdade, dá-se-lhes em troca a segurança, e é isso mesmo que os homens querem. «Tu, Cristo — termina alegando o cardeal —, vieste para libertar os homens, o que é teoricamente melhor, com certeza, mas provocaria tantos problemas que mais vale que voltes para o céu, deixando-me agir, pois conheço os homens melhor do que tu.»

Ao ler estas linhas, como não pensar imediatamente no célebre «slogan» dos pacifistas e neutralistas da Europa livre, «Better red than dead»? Ou naquelas ideologias que se alimentam da sua própria certeza de sabermos o que é melhor para os homens?

A liberdade é efectivamente um valor complexo e exigente. Essencialmente ligado à afirmação da identidade e ao direito de determinação da conduta própria, encontra limitações evidentes nas necessidades do convívio em que a liberdade para todos necessariamente implica restrições à liberdade de cada um.

A dialéctica permanente entre aquele direito e estas necessidades é uma das tensões subjacentes às culturas e às organizações políticas humanas, que de formas diferentes resolvem o problema, ou alargando mais ou menos a liberdade de alguns à custa da liberdade dos outros, escravos, servos, súbditos, ou buscando complicados e nunca definitivos equilíbrios que, respeitando a justiça e a moral, procurem não a igualdade de facto, que não existe, mas a igualdade possível de oportunidades e de tratamento.

De qualquer modo, o problema da definição e da conquista da liberdade é um problema permanente, e nenhum artifício político ou social, nenhum mecanismo automático, pode dar aos homens a liberdade para sempre. As liberdades dos indivíduos, como aliás as liberdades das comu-

nidades, chocam-se constantemente, e o equilíbrio justo entre elas está sempre posto em causa. É no coração dos homens, é na consciência das colectividades, que se encontra a ideia de liberdade, e esta tem de ser permanentemente vigiada, defendida, ou reivindicada. Não se pode, infelizmente, manter por automatismo ou rotina. Exige vigilância, pugnacidade, espírito combativo constante. Aqueles que não estão dispostos a lutar por ela, estão condenados a perdê-la.

Aqueles que aspiram à segurança total, e acreditam ser possível eliminar todos os riscos, não estarão dispostos a pagar o preço de sacrifício, ou de incómodo, ou mesmo apenas de risco, que a defesa da liberdade implica. Mas, a troca da liberdade rejeitada, que será possível obter? Será realmente possível uma segurança total? Sem mesmo falar nos riscos nunca elimináveis de acidentes, de doenças, de privações e frustrações, todos eles inerentes à condição da vida humana, e pensando apenas nos aspectos políticos da segurança, o pretender levá-la às suas últimas consequências implicaria uma sociedade despótica, feita só de dogmas, de certezas, de rígidas normas invioláveis, onde o Estado teria de ser onnipotente e omnisciente para, garantindo a sua intervenção a todo o momento e em todo o lugar, eliminar efectivamente toda a violência que não seja a sua. E, aplicando o raciocínio ao mundo das relações entre os Estados, também aqui a segurança levada às suas últimas consequências implicaria uma sociedade universal igualmente despótica, onnipotente e omnisciente, que seria capaz, não evidentemente de construir a Paz, mas sim de impô-la, e para que tal segurança total, em termos políticos, fosse obtida, teria de ser muito mais eficiente na eliminação das liberdades do que o foi qualquer dos impérios que a humanidade já conheceu. A «Paz romana», como aliás todas as outras no seio dos impérios, foi frequentemente salpicada por violentos conflitos interiores.

Mas será realmente desejável ou necessário obter a segurança à custa da liberdade?

Para responder a esta pergunta vamos socorrer-nos de novo da Constituição «Gaudium et Spes». No n.º 25, no primeiro parágrafo, postula-se a íntima relação entre o homem e a sociedade: «A índole social do homem demonstra que a promoção da pessoa humana e o desenvolvimento da sociedade estão mutuamente condicionados». Seguidamente no n.º 26, também no primeiro parágrafo, afirma-se que a conquista das boas condições de vida num mundo interdependente implica o mútuo respeito: «Da inter-

dependência cada vez mais estreita (...) segue-se que o bem comum — isto é, o conjunto de condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, atingir mais plena e facilmente a própria perfeição — se torna hoje em dia cada vez mais universal, e por isso mesmo implica direitos e deveres que dizem respeito a todo o género humano. Todo o grupo deve ter em conta as necessidades e as legítimas aspirações dos outros grupos (...)»

Quer dizer, a via para o bem comum é a via do equilíbrio das diferentes necessidades e das diferentes aspirações dos diferentes indivíduos e grupos, ou seja, das suas liberdades.

No parágrafo a seguir, os bispos esclarecem sobre a necessidade de incluir a liberdade entre os pressupostos do bem comum: «É necessário, portanto, que se torne acessível ao homem tudo aquilo de que precisa para viver uma vida verdadeiramente humana, como é o alimento, o vestuário, a habitação, o direito de escolher livremente um estado de vida e de constituir família, o direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, a uma informação conveniente, o direito de agir segundo a recta norma da sua consciência, à protecção da vida privada e à justa liberdade, inclusivamente em matéria religiosa (...) Também a ordem social e o seu progresso devem subordinar-se constantemente ao bem da pessoa (...) Esta ordem deve desenvolver-se diariamente, fundar-se na verdade, edificar-se na justiça, vivificar-se no amor; mas deve encontrar um equilíbrio cada vez mais humano na liberdade.»

As garantias necessárias à vida humana inscrevem-se naquilo que se entende por Segurança. E entre elas, é incluída a liberdade, nas suas manifestações (direito de escolher livremente, direito de agir segundo a recta norma da sua consciência), no quadro que a pode proporcionar (protecção da vida privada, garantia dos bens materiais essenciais, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito) na sua própria essência (direito à justa liberdade e fundamentação do equilíbrio social na liberdade).

A opção cristã é pois clara. A Segurança inclui a Liberdade.

Temos portanto duas vias diferentes que conduzem à Segurança passando ambas pela Liberdade. Uma, eliminando a Liberdade, ou menosprezando-a, aparenta menos riscos, pressupõe a submissão. Sendo mais barata e mais cómoda no imediato, apresenta a sua verdadeira factura a mais longo prazo: o indivíduo ou o Estado que por ela envereda não mais

poderá decidir por si mesmo do seu destino. Será e fará o que outros quiserem ou precisarem que faça.

Outra, valorizando e defendendo a Liberdade. É o caminho difícil, que exige sacrifícios, riscos e luta, mas que perserva a dignidade de se poder dispor de si próprio. Tratando-se das Unidades Políticas chama-se independência. Conquista-se e defende-se com a vontade colectiva das Nações<sup>(3)</sup>, organizada e armada na Instituição das Forças Armadas.

### 3. A NAÇÃO

As Forças Armadas têm pois como razão de ser a necessidade de garantir a justa defesa colectiva dos bens e das vidas, isto é, a Segurança, bem como o direito que a colectividade tem de decidir livremente do seu destino, dos seus interesses, isto é, a Independência. Em ambos os casos, trata-se da Segurança e da liberdade ou Independência da comunidade inteira, politicamente organizada, o Estado-Nação, que assim aparece como o beneficiário e o destinatário da missão essencial das Forças Armadas.

Efectivamente, ao ler-se as Constituições Políticas dos mais diversos países, encontra-se sempre nelas expresso, por estas ou por outras palavras, a missão das Forças Armadas na garantia da Segurança e da Independência. Assim, na Constituição russa de 1977, o artigo 31.º estabelece que «A defesa da Pátria Socialista é uma das mais importantes funções do Estado, e diz respeito ao povo inteiro. Com vista a defender os ganhos do socialismo, o trabalho pacífico do povo soviético, e a soberania e integridade territorial do Estado, a URSS mantém forças armadas e tem instituído o serviço militar geral». O conceito de soberania, como sabemos, inclui o de Independência, e a defesa da integridade territorial conjugada com a da soberania equivale à defesa da Segurança.

Na Constituição suíça, para dar outro exemplo, desta vez de um Estado muito diferente da URSS, o artigo 85.º comete, aos dois conselhos em que se desdobra a Assembleia Federal, «as medidas destinadas à salvaguarda da segurança externa, assim como à manutenção da independência e da neutralidade da Suíça; as declarações de guerra e a conclusão da

(3) O termo Nação é aqui utilizado, como se depreende facilmente da leitura do texto, no sentido em que geralmente o utilizam os autores anglo-saxões, de Estado-Comunidade ou Estado-Nação.



paz» assim como «o direito de dispor do exército federal», isto é, do instrumento necessário àquela segurança e àquela independência.

Para não alongar mais, desnecessariamente, estas referências a diversas Constituições só recordarei que na actual portuguesa, como aliás em todas as anteriores, se comete às Forças Armadas a mesma responsabilidade para com a Segurança e a Independência colectivas. Assim, no n.º 1 do artigo 273.º pode ler-se «As Forças Armadas Portuguesas garantem a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do Território». Na Constituição de 1933, artigo 55.º, a redacção era diferente, mas a essência era a mesma: «O Estado assegura a existência e o prestígio das instituições militares de terra e mar, exigidas pelas supremas necessidades de defesa da integridade nacional e da manutenção da ordem e da paz.» Na de 1911, artigo 68.º, constava «todos os portugueses, cada qual segundo as suas aptidões, são obrigados pessoalmente ao serviço militar para sustentar a independência e a integridade da Pátria e da Constituição e para defendê-las dos seus inimigos internos e externos».

Outras citações se poderiam fazer das Constituições anteriores, e em todas elas encontraríamos as Forças Armadas vinculadas à Segurança e à Independência da Nação, por diferentes palavras, com mais ou menos pormenor, incluindo ou não também outros valores. Mas a ideia básica da garantia da Segurança e da Independência como missão fundamental das Forças Armadas aparece sempre.

É que, se a Nação existe como Estado, isto é, se assumiu politicamente a sua liberdade colectiva, o direito de por si própria exercer a sua vontade na sua organização interna e na definição dos seus objectivos internos e externos, ela tem de ter os meios necessários, mesmo que se não possa impor, pelo menos para se *afirmar* perante as outras comunidades. Mesmo sendo fraco e pobre, o Estado-Nação pode *procurar* o apoio de alianças e construir algum poder nacional mínimo capaz de dissuadir algumas agressões e responder a outras. Naturalmente que isso pressupõe sacrifícios e riscos... Já vimos também que é sempre esse o preço da liberdade.

As alianças e o Poder nacional mínimo necessário, ambos pressupõem a existência das Forças Armadas. No primeiro caso, por razões evidentes de dignidade, e também de poder negocial. Sem dignidade e sem poder negocial, as alianças transformam-se em sujeições, e a liberdade que era suposto defender fica logo perdida. No segundo caso, o Poder nacional,

para dissuadir ou para se exercer, obviamente tem de dispor dos argumentos últimos a que os conflitos podem sempre obrigar, isto é, das armas, bem como da vontade manifesta de as utilizar, se tal for imperioso. Como dispor das armas e manifestar a vontade de as utilizar, sem Forças Armadas?

As Forças Armadas aparecem pois directa e indissoluvelmente ligadas à própria existência da comunidade política desde que e enquanto esta queira ser independente. Não se pretende com isto afirmar que apenas às Forças Armadas compete a manutenção da independência. Todo um vasto conjunto de acções, e de políticas a isso são necessárias, e em todos os sectores da vida nacional, a começar pelos da cultura e da educação, onde se alimentam a identidade nacional e a vontade colectiva, e incluindo claramente os da economia, onde se entrelaçam as interdependências, e os da diplomacia, onde se discutem as relações, os limites e os conflitos, dos interesses da Nação face aos das outras. Mas as Forças Armadas, pelo simples facto de existirem e de serem o que forem, dão mais ou menos «peso» a muitas das acções nos outros sectores, e são sempre o último argumento quando a legítima defesa é necessária.

A influência da existência e da qualidade das Forças Armadas estende-se efectivamente aos outros sectores. Em primeiro lugar, as Forças Armadas emanam da Nação de que são uma das partes e a quem servem, e de que são, em certa medida, o espelho. Conforme escreveu Ortega y Gasset «o grau de perfeição do Exército mede com pasmosa exactidão as qualidades morais e a vitalidade do país»<sup>(4)</sup>. Depois, além das missões essenciais e, digamos, ontológicas, das Forças Armadas, como garantes da Segurança e da Liberdade, em todos os países e em todos os tempos elas aparecem prestando à colectividade outros serviços, quer pelo aproveitamento dos meios humanos e materiais nelas disponíveis em outras actividades que não são sua responsabilidade primária, quer pelas consequências sociais da sua própria existência e actividade.

Estão no primeiro caso não só o recurso eventual às Forças Armadas em situação de crise, seja no salvamento e apoio da população, seja na intervenção para manter ou repor a ordem, como também os serviços

(4) Ortega y Gasset, «Espanha invertebrada» segundo citação na revista «Baluarte», n.º 24, Abril 80, do ten.-cor. João R. Coelho.

que em todo o tempo as Forças Armadas prestam colaborando com os mais variados organismos e serviços públicos que utilizam ou que beneficiam directamente dos meios e das aptidões disponíveis naquelas Forças.

Estão no segundo caso serviços extremamente importantes mas que muitas vezes passam despercebidos, tais como a forte contribuição que prestam para a manutenção da estabilidade social, para o fortalecimento do patriotismo, para o aperfeiçoamento e a integração tecnológica de largas massas de população, e ainda para o desenvolvimento económico geral.

Estes serviços que as Forças Armadas prestam à Comunidade, como já se disse, não são a sua missão primária, não se inscrevem certamente na sua razão de ser. São contudo de grande importância e não podem ser esquecidos quando se fala na Instituição Militar. Muito diversos entre si, uma coisa os liga — a permanente referência à Nação. É sempre o bem público, o bem colectivo que se serve, é sempre o ideal nacional que os inspira.

#### 4. A PAZ E GUERRA

As Forças Armadas aparecem pois tão intimamente ligadas à Nação, que é lícito perguntar se esta poderia existir como entidade politicamente independente sem elas. Logo no acto do seu nascimento a formação de Forças Armadas é um pressuposto, pois, conforme escreveu R. Aron, «as Unidades Políticas, os regimes constitucionais, devem todos a sua origem à violência»<sup>(5)</sup>.

Originadas juntamente com o Estado-Nação independente no mesmo acto de violência, tendo como missões fundamentais conquistar e garantir a Segurança e a Liberdade da comunidade organizada em Estado-Nação, contra a violência de outras Unidades Políticas, as Forças Armadas aparecem sempre referidas à prática ou à possibilidade da violência. A discussão da sua razão de ser implica portanto necessariamente abordar, mesmo que apenas de forma muito sumária, esse vasto conjunto de problemas ligados à violência que diz respeito às Forças Armadas, a violência entre comunidades, a guerra.

---

(5) «Paix et Guerre entre les Nations», 4.<sup>a</sup> edição, Calmann-Lévy, pág. 61.

É demasiado evidente que num conjunto de reflexões como estas não cabe nem panorâmica nem análise de assuntos tão complexos como os que se referem ao que se entende por guerra, às causas da guerra, às formas da guerra, aos fins da guerra. Interessa-nos porém, e bastar-nos-á, discutir um pouco a inevitabilidade *da possibilidade* da guerra, e o papel das Forças Armadas perante ela.

A guerra é um acto de violência entre os grupos. Como acto de violência, tem as suas raízes biológicas nos comportamentos agressivos, intra-específicos, ultimamente tão estudados pelos ctólogos, e que aparecem em todos os animais, ligados de diversas formas, conforme as espécies, às competições pelo alimento, pelo sexo, pelo território, ou à defesa dos filhos. Nos animais sociais, os comportamentos agressivos englobam também a competição pela hierarquia dentro dos grupos, e verificam-se fenómenos de agressividade colectiva, quer de grupos competindo pelos territórios ou pelo sexo, quer dos grupos contra estranhos ao grupo que por norma são repelidos.

A generalidade destes comportamentos nas diversas espécies animais, a sua ritualização que por vezes se estende a outros padrões de comportamento (por exemplo, às actividades sexuais) mostram que a agressividade é uma componente biológica, susceptível de ser ritualizada (quer por processos evolutivos genéticos, quer por processos evolutivos culturais) mas não de ser eliminada. A natureza biológica do homem e os estudos que se têm feito sobre as raízes genéticas do seu comportamento mostram que o que atrás se disse se aplica também à espécie humana. O estudo da História Universal testemunha-nos a permanente presença da guerra em todos os lugares e em todas as épocas cobertas pela utilização da escrita. Alguns autores argumentam que essas civilizações conhecedoras da escrita possuíam já também a propriedade individual, e que era a competição pela posse dos bens que gerava a guerra. Antes disso, quando no Paleolítico as tribos nómadas perseguiam a caça, não havia razão nem ocasião para a guerra.

Não se pode provar o contrário desta hipótese, nem também se pode confirmá-la. No entanto, os antropólogos que têm estudado as sociedades que, nos nossos dias, conservam um modo de vida semelhante ao das mais primitivas comunidades humanas, têm encontrado não só a agressividade individual como também a agressividade colectiva, e testemunhado

ou recolhido testemunhos da aplicação dessa agressividade colectiva em acções de guerra. A esse respeito, e a propósito dos bosquímanos, escreveu Eibl-Eibesfeldt <sup>(6)</sup>:

«Esses antropólogos acreditavam ter descoberto que os bosquímanos eram particularmente pacíficos, desprovidos de agressividade e vivendo em comunidades abertas. Segundo esses sábios, cada grupo permitia sem dificuldade o acesso do seu território aos não-membros, a pertença a um grupo não era nem determinada nem definitiva, e os territórios não eram defendidos.

Apesar de os autores destas afirmações terem modificado os seus pontos de vista nos anos seguintes, estes primeiros relatórios foram retomados por um certo número de copiadore desprovidos de espírito crítico. Isso mostrava, escreviam eles, que no estado primitivo o homem não tinha o sentido do território e não era agressivo. (...) Por consequência a agressividade não era um traço inato do homem, mas o resultado de um certo sistema económico, o produto do meio social. Os representantes desta tese iam ao ponto de afirmar que a maioria dos homens vivendo da caça e da colecta eram extraordinariamente pacíficos e que o homem do Paleolítico tinha, ele também, vivido em paz.

Estas afirmações não são fundamentadas e são fáceis de refutar. (...) As pinturas rupestres datando do paleolítico mostram homens que se lançam mutuamente flechas, e em esqueletos fósseis encontramos cicatrizes de machados de combate e de pontas de flechas de pedra incrustadas (...) Sabemos também que os povos que hoje vivem da caça e da colecta não são de modo algum pacíficos na sua maioria. Contudo, os bosquímanos poderiam ser uma excepção interessante.

Mas pude rapidamente constatar que essa pretendida disposição pacífica dos bosquímanos não correspondia ao que se tinha dito. Em primeiro lugar, podem-se ver antigas pinturas rupestres dos bosquímanos representando combates (...) também encontrei escritos menos recentes de numerosos relatórios de etnólogos que descreviam comportamentos territoriais e combates entre grupos de bosquímanos (...)

---

(6) «Par delà nos differences», Edições Flammarion, 1979.

Nenhum bosquímano se arrisca a caçar fora do território do seu grupo (...) Onde o território dos bosquímanos não está ainda penetrado pelas quintas, mas onde o de uma tribo se ajusta com o de outra, todos os bosquímanos sabem que não devem caçar nem colher no território alheio. Se um caçador é apanhado, é condenado à morte.»

Vimos portanto que os comportamentos agressivos individuais se encontram em todos os animais e também no homem, e que os comportamentos de agressividade colectiva verificados pelos etólogos entre os animais sociais parecem verificar-se também, nas suas várias formas que incluem a guerra, entre os grupos humanos, em todos os tempos e em todos os lugares. A eliminação definitiva da guerra é um objectivo muito grato, que merece sem dúvida todos os esforços e todos os sacrifícios. É também um objectivo muito antigo, e esse facto, conjugado com o que a apreciação objectiva do comportamento humano nos ensina, deve levar-nos a ser realistas e prudentes. Não é possível eliminar as causas profundas da guerra, que estão na própria natureza biológica do homem. Apenas é possível ritualizar e controlar as suas pulsões agressivas, através de processos culturais, e isso é o que, afinal, século após século, muitos homens, cada vez mais, vem procurando fazer. É um processo necessariamente lento. Os homens, os vários biliões de homens que partilham o mundo não podem ser todos transformados de um momento para o outro, nem sequer de uma geração para a outra.

Assim, enquanto os homens de boa vontade continuam a procurar ajudar essa transformação cultural que permita um dia dominar a violência nos corações dos homens, há que aceitar o facto irrecusável de que a *possibilidade* da guerra continua e não pode ser eliminada. Há que viver com isso, e do realismo com que forem encarados os factos continuará a depender a Segurança e a Liberdade dos Estados-Nações.

Qual é então o papel das Forças Armadas perante este fenómeno de comportamento social humano cuja permanente possibilidade parece não poder ser eliminada? Não serão as Forças Armadas elas próprias a origem da guerra já que é para isso que existem? Não serão os generais sedentos de glória e os oficiais em busca de promoção que a desejam?

Essa opinião tem alimentado algumas correntes antimilitaristas. Embora seja uma opinião já antiga e ultrapassada, que surgiu com grande

vigor nos primeiros momentos associativos das massas trabalhadoras da primeira metade do século XIX, bem como entre as franjas radicais anarquistas da burguesia da mesma época, ainda hoje encontra alguns defensores. No entanto, esses mesmos movimentos operários e franjas radicais antimilitaristas, quando desencadeiam a insurreição da Comuna de Paris, desde logo organizam as suas próprias Forças Armadas, a que chamam Guarda Nacional. A ligação aparece evidente: são as necessidades postas pela vontade política que precisam de um instrumento, e se ele não existe, fabrica-se. Tal como Clausewitz escreveu no seu muito conhecido aforismo: «A guerra é a continuação da política por outros meios.» É sempre *da vontade política* que se originam as guerras e que elas se terminam. Entretanto, entre o início da guerra (em cuja decisão política elas não influem mais do que qualquer das outras partes da Nação) e o fim da guerra, as Forças Armadas fazem a guerra. É essa a sua participação na guerra: apenas fazê-la, como instrumento que são da vontade política da Nação. E se as Forças Armadas não existissem, nem por isso deixaria de haver guerras, mortos e desolação, como amplamente o demonstram a História das comunidades em que não havia Forças Armadas institucionalizadas, assim como o panorama quotidiano das guerras civis, revolucionárias, subversivas, etc., em que os grupos que não têm Forças Armadas institucionalizadas, mas têm vontade política e objectivos políticos, rapidamente improvisam a organização armada que faça as suas vezes. É óbvio que a raiz dos conflitos e da guerra nada tem que ver com a institucionalização das Forças Armadas. Estas apenas garantem ao Estado-Nação uma melhor capacidade para se defender e se afirmar.

Ao garantirem a capacidade de o Estado-Nação se defender, e ao testemunharem, pelo próprio facto de existirem e de se treinarem, a vontade que o Estado-Nação tem de defender a sua Independência e a sua Segurança, as Forças Armadas, bem ao contrário do que julgam os antimilitaristas, muitas vezes têm evitado que a guerra ocorra. É aquilo que em linguagem militar se designa por «dissuasão», e que significa a capacidade de incutir no adversário a convicção de que os possíveis ganhos do seu ataque não compensariam os danos provocados pela resistência que encontrariam.

Este aspecto é muito importante. A paz verdadeira, aquela que se deve procurar alcançar, deverá ser uma Paz de justiça, muito semelhante a que a Constituição «Gaudium et Spes» refere: «A paz não é única-

mente a ausência da guerra, nem se reduz a um mero equilíbrio de forças adversas, nem provém de um domínio despótico, mas define-se, com razão e propriedade, obra da justiça» (7). Mas esta Paz não existe, nem existem os meios nem as condições de a instaurar. É apenas um projecto orientador. Entretanto, no mundo real, as Pazes possíveis têm sido e continuam a ser ou as que resultam do equilíbrio das forças, ou as que provêm do domínio despótico. Se recusarmos a Paz da sujeição só nos resta buscar a Paz no caminho do equilíbrio das forças. Esse é o caminho da dissuasão, e neste caminho da Paz, as Forças Armadas são, uma vez mais, o instrumento indispensável da vontade política. Conforme já aqui se referiu, também na «Gaudium et Spes» se pode ler: «Os que, por obrigação de servir a pátria, se encontram no Exército, considerem-se instrumentos da segurança e liberdade dos povos, e, exercendo rectamente esta função, contribuam realmente para estabelecer a paz.»

## 5. ALGUMAS CONCLUSÕES

Do que ficou dito parece portanto poder-se concluir que as Forças Armadas existem para conquistar e defender a Segurança e a Liberdade dos povos a que pertencem, na complexa inter-relação de interesses das Unidades Políticas, em que a ausência de uma autoridade supranacional impõe a cada uma a *permanente* necessidade de garantir a sua própria defesa. Ao defender a Segurança e a Liberdade, as Forças Armadas efectivamente contribuem para a Paz possível no mundo actual, dilacerado por profundos conflitos cuja redução ou desaparecimento não se prevê possível a curto ou a médio prazo, e em que portanto o afastamento da possibilidade da guerra só pode conseguir-se ou pela submissão ou pelo equilíbrio dissuasor.

Prosseguindo estes objectivos eminentemente nacionais, que são efectivamente a sua razão de ser, as Forças Armadas terão tanto mais possibilidades de os alcançar quanto mais identificadas estiverem com a própria Nação a que servem.

Elas são o que em cada momento o povo de que emanam quiser que elas sejam, e, reflectindo a vontade do Povo, nessa mesma medida o reflectem a ele.

---

(7) «Gaudium et Spes», n.º 78 § 1.



Porque emanam da Nação, são parte da Nação, e servem a Nação, as Forças Armadas não se limitam nunca ao serviço das suas missões essenciais. Verdadeira espinha dorsal da Nação, na medida em que nelas assentam a Segurança e a Liberdade dela, constituem ou devem constituir uma fonte de força, de dignidade e de grandeza, de patriotismo e de dedicação. As suas actividades e capacidades, ao mesmo tempo que alimentam o patriotismo e a estabilidade nacional, também contribuem de várias formas para o progresso económico e constituem recurso para as ocasiões de crise.

Em conclusão, o problema da razão de ser das Forças Armadas reconduz-se ao problema da própria existência do Estado-Nação. Se queremos ser portugueses livres, senhores do nosso próprio destino colectivo, não podemos então prescindir das Forças Armadas, que são parte essencial da Nação, que existem para afirmar e defender a sua identidade nacional e com ela os valores que lhe são intrínsecos, que têm como finalidade *exclusiva e permanente* o serviço do *todo* nacional, e que, pela sua própria força, e por aquela que lhes advém das alianças de que fizerem parte, dissuadindo assim os possíveis agressores, contribuem para a conquista e manutenção da única Paz que é possível em termos de Segurança e de Liberdade; a Paz do equilíbrio.

Sintra, 17 de Fevereiro de 1982.

*François Martins*  
Coronel Art.º Paraq.